

A GEOGRAFIA DO NARCOTRÁFICO NA AMAZÔNIA

The Geography of Narcotraphic in the Amazon

Aiala Colares Couto¹
Isabela de Souza Oliveira²

Recebido em: outubro de 2017

Aceito e Publicado em: dezembro de 2017

Resumo

O narcotráfico internacional nas últimas décadas vem se apresentando enquanto uma das atividades criminosas mais lucrativas do planeta e, com efeito, promove uma organização espaço-regional que não se restringe ao limite territorial do Estado. Nesse contexto, a Amazônia brasileira coloca-se em meio à ação das redes do tráfico de cocaína que conecta o crime organizado no Brasil aos mega traficantes dos países Andinos. O objetivo deste ensaio é apresentar a geografia do narcotráfico na região amazônica, sobretudo, considerando a Amazônia enquanto uma região que cumpre um duplo papel, pois atende as demandas externas e internas do comércio de cocaína.

Palavras-chave: Amazônia; Região; Fronteira.

Abstract

International drug trafficking in the last decades has been presenting itself as one of the most profitable criminal activities on the planet and, in effect, promotes a space-regional organization that is not restricted to the territorial limit of the State. In this context, the Brazilian Amazon stands in the midst of the networks of cocaine trafficking that connects organized crime in Brazil to mega-traffickers in the Andean countries. The objective of this essay is to present the geography of drug trafficking in the Amazon region, especially considering the Amazon as a region that fulfills a double role, as it meets the external and internal demands of the cocaine trade,

Keywords: Drug trafficking; Region; Border.

INTRODUÇÃO

O narcotráfico enquanto objeto de investigação científica se apresenta enquanto um tema bastante complexo, por outro lado, trata-se de uma temática bastante instigante, pois se constitui como uma das mais relevantes problemáticas sociais, políticas e territoriais do mundo globalizado e, por conseguinte, um dos mais graves problemas presentes nas metrópoles brasileiras. Por isso,

há uma fragilidade na contenção ou barragem dos fluxos de drogas, onde as redes ilegais do narcotráfico inserem as mais diversas regiões no contexto global da economia do crime.

O objetivo deste ensaio é apresentar uma breve análise acerca da Geografia do narcotráfico na Amazônia brasileira, para tanto, a metodologia da pesquisa se pautou em revisão bibliográfica e análise de documentos da Polícia Federal, além disso, foram realizados trabalhos de campo na região do baixo Amazonas, Sul e Sudeste do Pará, Região Metropolitana de Belém, Oiapoque no Amapá e por fim, Manaus no estado do Amazonas. Foram realizadas observações sistemáticas e entrevistas que contribuíram para que fosse apresentando um mapa das redes do narcotráfico na Amazônia.

Nas última décadas o crime organizado vem avançado sobre as fronteiras dos Estados Nacionais impondo lógicas perversas de organização que se sobrepõe às lógicas institucionais. Segundo o relatório do apresentado pelo Fórum Econômico Mundial em 2011, o narcotráfico lidera o ranking das principais atividades ilegais do mundo gerando US\$ 320 bilhões como resultados de transações comerciais. Segundo a UNODC (2016), a “economia das drogas” se apresenta enquanto uma verdadeira indústria que na última década do milênio chegou a faturar US\$ 870 bilhões. Nestes termos, a concentração no comércio do tráfico de drogas chega a 1,5% de todas as riquezas que são produzidas e que correspondem ao Produto Interno Bruto (PIB) mundial, e, portanto, chega a movimentar 40% das outras atividades ilegais lucrativas do crime organizado, tais como tráfico de armas, tráfico de pessoas e lavagem de dinheiro.

Em 2014, a UNODC apresentou o relatório Mundial sobre Drogas que destacou a questão do consumo no mercado global, e foi registrado que 243 milhões de pessoas, ou seja, o que corresponde a exatamente 5% da população mundial que se encontra na faixa etária entre 15 e 64 anos de idade, consomem algum tipo de droga ilícita. Para a ONU, segundo o estudo, o consumo continua estável e aumenta proporcionalmente, seguindo o crescimento da população.

No Brasil, o Relatório do Escritório das Nações Sobre Drogas e Crime (UNODC, 2013; 2014) aponta para o crescimento do consumo de cocaína no país, o que, de certa forma, é favorecido por sua localização geográfica próximo aos maiores produtores de cocaína do mundo, pelo aumento do poder de compra no país e pela conectividade existente entre organizações criminosas como o Primeiro Comando da Capital (PCC), o Comando Vermelho (CV) e a Família Do Norte (FDN), conectados aos cartéis Colombianos. Este tipo de organização torna-se, portanto, uma espécie de empresa multinacional do tráfico de drogas, com mecanismos e estruturas de poder consolidados, com atores cujas funções são bem definidas e os espaços de atuação bem delimitados, os quais obedecem a comandos hierárquicos.

O Brasil é o segundo maior mercado consumidor do mundo de uso da cocaína e seus derivados, onde mais de 6 milhões já utilizaram cocaína, crack, óxi ou merla, o que o deixa atrás apenas dos EUA, que ainda tem o maior mercado mundial de consumo de cocaína, com cerca de 4 milhões e 100 mil (4.100.000) consumidores. O Brasil tem cerca de 2.800.000 usuários, segundo estudo realizado em 2012 pelo Levantamento Nacional de Álcool e Drogas (LENAD) em parceria com a Organização Mundial da Saúde.

O narcotráfico está territorializado nas favelas e nas periferias das grandes cidades brasileiras, onde se pode encontrar todo e qualquer tipo de conflitos pelo uso do território para a venda da droga. Além disso, segundo os dados sobre o sistema carcerário brasileiro do Ministério da Justiça de 2013, há um total de 138.366 pessoas presas por crime de tráfico de drogas; isso representa a maior população carcerária do Brasil de um total de 622.202 pessoas. O Brasil tem a quarta maior população carcerária do mundo, ficando atrás de EUA (2,2 milhões), da China (1,65 milhões) e da Rússia (644 mil), onde a maioria desses encarcerados no país são jovens negros de baixa escolaridade, de acordo com os dados.

Diante disso, a Amazônia torna-se um espaço privilegiado para as ações estratégicas das redes do narcotráfico, que a enxergam enquanto fronteiras de possibilidades para a articulação e expansão, sobretudo, do tráfico de cocaína de origem Andina e com destinos aos mercados Europeu, africano e brasileiro. Ou seja, uma “região-trânsito”, onde os limites estabelecidos pelo Estado territorial, não são respeitados pelas forças exógenas representadas pela dinâmica das organizações criminosas do tráfico global de drogas, nesse caso, o tráfico de cocaína.

PROBLEMATIZANDO A QUESTÃO DO NARCOTRÁFICO NA AMAZÔNIA

A Amazônia, região de grande importância pela sua rica biodiversidade e infinidade de recursos que despertam interesses de vários atores sociais, vem, nas últimas décadas, sendo palco de intensos conflitos pelo uso do território, sobretudo em sua imensa fronteira com os países limítrofes, que também possuem em parte de seus territórios um pouco da Amazônia. A estratégia de defesa do estado brasileiro com a implantação do Projeto Calha Norte (1986) e do Projeto Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM) Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM) (2001) não foi suficiente para amenizar esses conflitos e eliminar as atividades ilegais que “explodem” ao longo da fronteira.

Pesquisas anteriores sobre estas redes sugerem que nas últimas décadas aquelas que obtiveram relativo sucesso em fazer uso da bacia amazônica sul-americana como unidade funcional e como região geográfica, foram firmas e empreendimentos que exploram o comércio ilegal de drogas e contrabando de mercadorias (MACHADO, 1998).

As redes ilegais do narcotráfico necessitam de uma ampliação de sua escala de atuação em cadeias e por isso manifestam estratégias de produção, distribuição e consumo da droga. A geografia explica a importância da Amazônia brasileira para o tráfico internacional de drogas, principalmente a cocaína proveniente dos países andinos. Na conferência mundial sobre crime organizado global, realizada pelo ONU em 1994, estimou-se que o comércio global de drogas tenha atingido a cifra de quinhentos bilhões de dólares por ano, ou seja, foi maior que o valor das transações comerciais globais envolvendo o petróleo, por exemplo, (ONU, 1994).

Em todos os países e em todas as regiões, quadrilhas e redes de quadrilhas estão agora cientes da chance de se conectarem a redes mais amplas de atividades nesse submundo que marca presença dominante em muitas comunidades, cidades e regiões, sendo capaz até mesmo de adquirir a maior parte dos bens de alguns países pequenos, tais como a ilha de Aruba, próximo à costa da Venezuela (CASTELLS, 1999, p. 210).

A Amazônia destaca o Brasil como área de trânsito, os rios da região são frequentemente aproveitados por embarcações carregadas de cocaína pronta para ser consumida ou para ser beneficiada, pois a dificuldade de manter um controle mais rígido da entrada da droga pela Amazônia está em sua grande floresta latifoliada, fechada, com uma população que sobrevive em meio às desigualdades sociais, expropriação, abandono por parte do Estado etc. Além disso, há de se ressaltar que imensos vazios demográficos acompanham as fronteiras amazônicas, sobretudo aquelas próximas aos principais produtores de coca, onde os narcotraficantes implantam laboratórios de processamento da droga e insere a população ribeirinha pobre no esquema das redes, se apresentando como oportunidade, e nesse sentido algumas pessoas passam a desempenhar o papel de atravessadores (ou mulas), contribuindo para a articulação das redes e ao mesmo tempo fazendo parte do sistema ilegal.

Fato este, comprovado durante os trabalhos de campo na região de Santarém no Pará (baixo amazonas), onde relatos de ribeirinhos e barqueiros apontavam para a questão do assédio sofrido por eles por parte de pessoas ligadas ao tráfico e que oferecem dinheiro para que os mesmos façam a travessia da droga para algumas localidades, transformando essas pessoas em “mulas”, ou seja, as pessoas que transportam a droga, onde um transportador que utiliza os rios da Amazônia chega ganhar de R\$ 5.000,00 a R\$ 8.000,00 para prestar os serviços para os grandes narcotraficantes, como destaca a entrevista abaixo:

“O pessoal aceita fácil transportar droga moço, pelo rio não tem fiscalização e às vezes não dá nada na pesca, aí eles (os traficantes) chegam oferecendo um bom dinheiro e o pessoal aceita”. (Seu Maneco - Entrevista concedida em 7/11/2016). (informação verbal).

Além dos rios, são utilizadas rotas de avião e estradas, destacando a estratégia multimodal das redes ilegais que também são móveis para efeito de estratégia, para fugir da repressão do Estado. Segundo Ishida (2006 p. 4), é nesse ambiente de enorme proporção territorial e de baixa densidade demográfica, onde a ausência do Estado chega a ser uma regra e não uma exceção, que identificamos a ação de grupos adversos que se aproveitam da densa floresta para acobertar inúmeras atividades ilícitas, utilizando-se de rotas aéreas, terrestres e fluviais clandestinas para transportar toda sorte de droga, contrabando, armas e munições.

As organizações criminosas internacionais esquematizam estratégias desde cima, contudo com uma importante diferença em relação às organizações formais. As atividades ilegais devem integrar a visão desde baixo, pelo fato de estarem sujeitas a uma maior exposição ao risco no território. A articulação e o êxito dos negócios ilegais são intensamente dependentes de conexões locais, aproveitando-se de complexos e instáveis sistemas de informação e telecomunicação. A entrevista abaixo trata-se de uma reflexão acerca da problemática do narcotráfico realizada por um agente da Polícia federal, onde segundo ele:

“É muito complicado de fazer a segurança e o monitoramento da Amazônia em relação ao narcotráfico, pois existem muitas barreiras e uma delas é o tamanho da região. Não temos agentes suficientes para fazer cotidianamente ações de fiscalização, sobretudo, nos rios, assim como, também constantemente nossas operações destroem pistas de pouso clandestinas, porém eles (os traficantes) mandam construir novas pistas. E para piorar a população pobre da faixa de fronteira é inserida nas redes de ilusão da facilidade de se obter dinheiro rápido e fácil”. (Agente Federal - Entrevista concedida em 07/01/2017). (informação verbal).

Não há dúvida que uma das principais atrações do ilegal para a massa de trabalhadores informais (imigrantes, comerciantes ambulantes, microempresários, trabalhadores autônomos, artesãos, subcontratados etc.) é a percepção de que possa ser uma via de ascensão social, com acesso rápido às benesses do consumo, reais ou ilusórias (MACHADO, 2003, p. 6). Aproveitando-se das particularidades geográficas da região, as redes ilegais se estruturam, pois a densa floresta latifoliada fechada serve de abrigo para os atravessadores da droga, e nas áreas de imenso vazio demográfico são construídos aeroportos e portos clandestinos, que são utilizados pelos traficantes, como bem destacou a entrevista acima.

Para implantar e administrar suas operações, e diminuir os riscos de apreensão e de intervenção pelos órgãos públicos de segurança, os empreendimentos ilegais necessitam criar “canais de comunicação” entre os diferentes níveis de organização territorial, gerando uma tensão entre lógicas diferenciadas que devem ser levadas em conta: “As redes encontram outras lógicas, ancoradas no solo. Podem adaptar-se mais ou menos facilmente às cidades ou aos países, à

inércia do semi-urbano ou à rigidez das malhas agrícolas. No entanto, existe uma instabilidade e uma tensão entre as redes e o território, entre o dinâmico e o estático, entre aquilo que circula e aquilo que habita” (MACHADO, 1996, p.23).

Para Machado (2003), as redes ilegais ocupam os lugares, mas não são definidas pelos lugares que ocupam; cada lugar é tão importante quanto qualquer outro para a organização do espaço-de-fluxos por meio do qual a dispersa comunidade ilegal controla o sistema, o que denuncia os interesses geopolíticos das grandes potências em associar uma atividade que sabidamente opera em rede transnacional ao nome de um lugar geográfico específico, como a Colômbia ou a Amazônia.

Destacam-se nesse sentido, as cidades gêmeas na Faixa de Fronteira, a exemplo de Tabatinga e Letícia, que ligam o Brasil até a Colômbia e sendo assim, têm um grande destaque no comércio ilegal como rota obrigatória do tráfico internacional de drogas e armas e por isso recebem grande atenção da mídia. O campo realizado comprovou que mesmo diante de toda esta atenção, o narcotráfico ainda continua utilizando essa rota que envolve a duas cidades, a conexão entre a Colômbia e o Brasil que se dá a partir do estado do Amazonas, uma relação antiga do tráfico de drogas e de armas na fronteira amazônica.

Esta valorização das características dos lugares está necessariamente presente na lógica de organização das redes ilegais, as localidades inseridas na rede são cuidadosamente avaliadas pelas organizações e proto-organizações que operam na ilegalidade (MACHADO, 2003). Pode-se assim dizer, que existem agentes hegemônicos do narcotráfico que desenvolvem verdadeiras solidariedades organizacionais, tanto na distribuição da droga, quanto na lavagem de dinheiro sujo acumulado no comércio ilegal. A atuação das redes ilegais do narcotráfico na Amazônia obedece às estratégias de produção, circulação e consumo, e para isso deve existir um alto grau de conectividade envolvendo os diversos meios de transporte da droga e as cidades por onde ela vai passar, até chegar aos principais mercados consumidores do Brasil e do mundo.

O grau de conectividade indica alternativas de rota, quando baseadas apenas no desenho das redes de circulação. Como as rotas usam uma combinação de meios de transportes, estão associadas de alguma forma aos principais pontos de conectividade, onde as opções de transporte apresentam grande diversificação (NOVAES, 2003, p. 6).

“Os corredores são as grandes linhas de circulação que marcam a direção geral de trânsito até a plataforma de exportação ou mercado final de destino. Um corredor, no entanto, comporta inúmeras rotas. A escolha da rota depende de arranjos pretéritos no terreno, com forças de segurança e apoio local e de combinação de meios de transportes utilizados” (MACHADO, 1996).

O Brasil sempre teve sua inserção na economia regional das drogas como via de mão-Dupla, servindo como plataforma de exportação de cocaína e fornecedor de precursores químicos, além de atuar como centro de lavagem de dinheiro (MACHADO, 1998). Dois grandes corredores de entrada de drogas foram identificados desde a década de 80: a Amazônia e o Centro-Oeste. A primazia de cada um dos corredores se alterna conjuntamente.

As mudanças estruturais advindas da desarticulação dos grandes cartéis colombianos não representaram um favorecimento de um corredor específico, o que decorre a coexistência de ambos nos dias de hoje. Além do trânsito de cocaína processada, o Brasil ainda contém laboratórios de processamento de cocaína, o que implica na importação de pasta-base de coca (MACHADO, 1996, p. 8).

Através da pesquisa de campo e dos relatórios da Polícia Federal, constatou-se que a Amazônia aparece como rota primária da distribuição de cocaína em direção à Europa e à África através do contato com as Guianas e o Suriname. Também há de se ressaltar o destaque da região Sul e Sudeste, neste caso como rota secundária da cocaína, visto que o Sudeste aparece como grande mercado consumidor interno. Outro destaque também se refere à região Nordeste, que também aparece como rota primária em direção à Europa, entretanto, conectada com a Amazônia.

Constatou-se também que a cocaína pode entrar no país pela região Sul e Sudeste do Brasil através da Bolívia e do Chile, onde as redes atravessam a região Centro-Oeste, porém, neste caso específico, apresentando um maior risco de apreensão nas fronteiras brasileiras, por outro lado lavando diretamente a droga para ser beneficiada no Sudeste, onde será consumida ou exportada. Ressalta-se que o Brasil foi incorporado ao sistema ilegal do cartel de Medellín ainda em meados da década de oitenta, sendo utilizado como área de trânsito e agora se apresenta como um mercado consumidor em potencial.

Nesse contexto, o Brasil passou a ser não somente um caminho para o trânsito da droga, mas também uma alternativa para a materialização territorializada do narcotráfico, atuando em escalas e servindo também como base estratégica de articulação em redes das organizações criminosas com sede em países andinos, como a Colômbia por exemplo. “O Brasil atua, com magnitudes diferenciadas, em todas as atividades da economia da droga” (STEIMAN, 1995, p. 20).

O Brasil, além de receber a pasta-base da cocaína para o seu beneficiamento, atua como fornecedor de produtos necessários à produção da droga em laboratórios clandestinos na Bolívia, Peru e Colômbia, atividades consideradas lucrativas para o comércio ilegal. Compreender a teia de relações entre as redes ilegais não é tarefa fácil, não só pelos motivos óbvios, mas porque o

legal e o ilegal são conectivos livres de qualquer ambiguidade somente quando abstraídos do terreno. Por conseguinte, é no terreno, ou seja, na dimensão geográfica dessa “teia”, onde a problemática deve ser situada (MACHADO, 2003, p. 9).

Seja como for, o adensamento das redes conectivas e interativas, sejam elas de natureza legal ou ilegal, produzem espaços superpostos a mais de um Estado territorial. Desses grandes espaços com fronteiras flutuantes emergem fenômenos sociais, em função das próprias propriedades estruturais das redes, que não têm existência no âmbito de cada Estado individual, e para os quais o estatuto de legalidades / ilegalidades erigido a partir de cada Estado não tem validade, exceto por pressão ou negociação. Por conseguinte, uma crescente irregularidade nos padrões de relações entre Estados pode ser observada, principal indicador da atual instabilidade estrutural do sistema de Estados nacionais (MACHADO, 2003, p.10-11).

As redes ilegais hoje se aproveitam da expansão da globalização de duas formas: uma relacionada com a expansão da tecnologia, o que facilita o contato e as transações internacionais do narcotráfico, e a outra diz respeito ao intenso processo de fragmentação e desintegração do território que a globalização impulsiona. Nesse sentido, a própria região amazônica convive com imensas áreas que de certa forma estão “abandonadas” pelo Estado e esta “ausência” se manifesta com a disseminação da pobreza, da miséria e da precariedade de algumas cidades amazônicas, e por isso, tornam-se alvos fáceis para que o narcotráfico se organize em rede. É a manifestação do território-rede na Amazônia.

O MAPA DA DROGA NA AMAZÔNIA

A passagem da cocaína pela Amazônia em direção aos principais mercados consumidores do mundo é praticamente obrigatória para narcotráfico. Há de se ressaltar que o Brasil também aparece hoje como um dos principais consumidores ao mesmo tempo em que desempenha o papel de beneficiador e área de trânsito da droga. Para isso, diversas modalidades de transportes da droga são utilizadas, seja pelo rio, através de embarcações pequenas ou de porte médio, seja de avião ou pelas rodovias. O que se sabe é que existe toda uma articulação interligada em rede que se manifesta na produção/distribuição/consumo da droga e que deve ser levada em consideração pelos órgãos de segurança das fronteiras.

O tráfico internacional de drogas necessita ampliar sua escala de atuação do local ao global. Faz-se necessário uma articulação em redes que dê a possibilidade de ampliação da escala de atuação do crime organizado sem que haja interferência dos serviços de segurança. Para isso, as rotas clandestinas são utilizadas como estratégias de organização das redes e ao mesmo tempo como “espaços camuflados” que impeçam qualquer possibilidade de apreensão da droga.

Nasce assim a fronteira do narcotráfico em meio às contradições inerentes ao sistema capitalista mundial. As cidades da Amazônia vão sendo incorporadas ao raio de ação dos traficantes internacionais de droga. Geopoliticamente falando, a região é de interesse das redes do tráfico de drogas, e como já ressaltado, sua localização e suas particularidades são extremamente relevantes para que o “mercado da droga” funcione e continue gerando lucros, desafiando o poder do Estado e movimentando o comércio clandestino de outras atividades como; o contrabando de mercadorias e o tráfico de armas, além da lavagem de dinheiro.

Hoje, a Amazônia também é vista como uma região problema no que diz respeito à soberania do Estado-nação e à expansão do narcotráfico. É nesse sentido que torna-se emblemático pesquisar a atuação dessas redes ilegais e o tráfico de drogas nas metrópoles brasileiras, sobretudo, as da região amazônica. E, analisando o papel da Amazônia na escala global do tráfico de drogas e destacando os principais corredores de transportes do complexo coca-cocaína, percebe-se o destaque fundamental do rio Amazonas como um importante rio de ligação que vai do Atlântico ao Pacífico. Entrevistas realizadas durante a pesquisa destacam que várias cidades que estão em torno deste rio, estão envolvidas enquanto “nós” das redes do narcotráfico.

Pela bacia Amazônica o tráfico encontra um meio mais seguro de fazer o transporte da droga. Entretanto, existe toda uma estratégia organizada das redes que utilizam sistemas multimodais para isso. Dos países andinos até a Amazônia brasileira pode ser utilizada as estradas ou transporte aéreo que utiliza pistas clandestinas. Desde a criação do projeto SIVAM, os narcotraficantes estão utilizando com mais intensidade o transporte marítimo. O mapa a seguir, faz uma referência às rotas do tráfico de cocaína sobre a região amazônica e que envolvem a conexão global do crime, aquilo que Castells (1996) definiu como “integração perversa”.

A pesquisa concluiu que existem diversas rotas que conectam a Amazônia Brasileira aos países da Comunidade Andina. Na Bolívia, por exemplo, a conexão se dá com o estado do Mato Grosso, onde são utilizadas as rotas terrestres e aéreas, por meio de uma articulação reticular que leva a droga do Oeste do Pará para a região do Xingu, a partir do município de Altamira (Sudeste do Pará), até os municípios de Conceição do Araguaia, Redenção e Marabá e para o Norte do Tocantins até Palmas, chegando até o Sudeste do Brasil. Da Bolívia também partem os fluxos de cocaína, que vão em direção ao estado de Rondônia, o qual recebe transportes aéreos e fluviais. Destaca-se que os traficantes constroem pistas de pouso clandestinas no meio da floresta, ou então, utilizam fazendas como fachadas, segundo o relato de policiais federais abaixo:

“Existem algumas fazendas no Pará e no Mato Grosso onde os donos constroem pistas de pousos particulares, mas elas também são utilizadas por

Japurá e São Gabriel da Cachoeira no estado do Amazonas, cidades que também dão sentido e dinamismo para as redes do tráfico de drogas na região. E, finalmente, completando esse processo pelos arcos mais Norte da Amazônia, a conexão de Bogotá até Pacaraima e Boa Vista passando pela Venezuela.

A organização do narcotráfico na Amazônia brasileira envolve um conjunto de cidades que sofrem influência das relações de poder de narcotraficantes e facções que estão associadas aos narcotraficantes estrangeiros de países como Bolívia, Colômbia e Peru. Neste aspecto, torna-se necessário que os grupos no Brasil dêem condições de que a droga possa fluir com facilidade junto aos mercados brasileiros e que também possa chegar até os mercados europeus e africanos.

Com efeito, é preferível utilizar aqui o termo atuação precária do Estado ao invés de “ausência do estado”, pois acredita-se que de alguma forma ele está presente. Mas, a sua presença efetiva é precarizada facilitando o surgimento de ameaças internas e externas. É claro que estas ameaças impostas sobre o espaço amazônico legitimam, quando necessário, o “estado de exceção”, em nome da segurança e da defesa, pois as leis de exceção tornam-se regras, nas quais o ilegítimo torna-se legítimo. Julga-se também a extrema ameaça representada por estas atividades ilegais que são utilizadas como discurso. Além disso, considera-se que os projetos Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM) e Calha Norte são exemplos de que esta ausência de Estado não existe e de que a qualquer momento o “estado de exceção” pode entrar em ação.

Esboçar uma estratégia de intervenção que seja capaz de frear o avanço das redes do narcotráfico na Amazônia brasileira é hoje o maior desafio enfrentando pela Política Nacional de Defesa e pelo Estado em si, uma vez que, a região amazônica transformada em região-trânsito da cocaína, desperta as mais variadas investidas de narcotraficantes com o intuito de atenderem às demandas do “mercado da droga”, seja esse mercado em escala regional, nacional ou global. De fato, é em meio a este conflito contemporâneo que a região vem sendo palco da manifestação de crises institucionais e problemas sociais, resultantes das ações do crime organizado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As questões que envolvem as redes ilegais do narcotráfico que utilizam ou se apropriam do espaço regional amazônico, hoje desafiam a segurança nacional e a defesa do território. Cabe uma reflexão dos órgãos governamentais em relação à necessidade emergencial de pensar uma política mais efetiva de combate ao crime organizado em território brasileiro.

E, além disso, precisa-se estabelecer uma relação transnacional na América do Sul no que diz respeito à defesa da região. Pois, o narcotráfico não é apenas um problema brasileiro, mas sim, uma questão que envolve todos os países do continente americano e se tratando da

Amazônia, nos referimos à América do Sul, sobretudo, se pensarmos no papel que a bacia amazônica desenvolve na sinergia transfronteiriça que o narcotráfico alimenta.

A Amazônia cumpre uma função geográfica de conectividade em nível nacional e internacional, pois, como abordado, ela representa uma área de trânsito da cocaína produzida nos países da Comunidade Andina e, portanto, recebe toda a atenção necessária do crime organizado, que passa a solidificar funcionalidades para a região a partir dos rios e das cidades que se transformam em corredores de importação/exportação e bases operacionais que obedecem a ordens de fora da região e, por conseguinte, do território.

A pesquisa demonstra a ameaça que o narcotráfico representa para a integridade política, social e econômica do Estado brasileiro, um problema de fronteiras que acaba por dar condições à manifestação de conflitos sociais no interior das metrópoles. A questão urbana hoje deve ser entendida também a partir desses conflitos sociais. As redes têm um papel preponderante na estruturação de territórios que surgem em prol de interesses de diversos atores sociais.

A região amazônica tem todas as condições necessárias para que as redes ilegais a utilizem como local de passagem da droga: localização geográfica próxima aos principais produtores; fronteiras instáveis pela dificuldade de impedir atividades ilícitas e os rios como locais de escoamento da mercadoria, sobretudo a bacia amazônica transfronteiriça, que leva direto aos países andinos.

Por fim, é necessário também, o Estado compreender as várias Amazôniaas que fazem parte do cotidiano de suas populações, inclusive considerando-se também, que existe uma Amazônia internacional que não se restringe aos limites estabelecidos pelos Estados nacionais. Talvez, a busca de uma compreensão de como se comporta o narcotráfico na região e a sobreposição de poderes que ele promove, tornou-se a maior dificuldade de garantia de uma estratégia nacional ou até transnacional de defesa ou de combate ao crime organizado.

REFERÊNCIAS

CASTELLS, M. Rumo ao estado-rede. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOCIEDADE E REFORMA DO ESTADO. São Paulo, **Anais...** São Paulo: Maré, 1999.

_____. **Fim do milênio**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2003. v. 1.

FEM. **Relatório sobre atividades ilegais no mercado global**. Rio de Janeiro. FEM, 2011. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/04/160331_atividades_crime_organizado_fn>. Acesso em: 13 ago. 2010.

INFOPEN. **Levantamento nacional de informações penitenciárias**. Brasília. IFOPEN, 2014. Disponível em: <<http://www.justica.gov.br/noticias/mj-divulgara-novo-relatorio-do-infopen-nesta-terca-feira/relatorio-depen-versao-web.pdf>>. Acesso em: 21 set. 2010.

INPAD. **Segundo levantamento nacional de álcool e drogas**. São Paulo. INPAD, 2012. Disponível em: <<http://inpad.org.br/wp-content/uploads/2014/03/Lenad-II-Relat%C3%B3rio.pdf>>. Acesso em: 21 set. 2010.

ISHIDA, E. **Política de segurança integrada da Amazônia: utopia ou realidade?** Santiago Dantas: [s.n.], 2006.

MACHADO, L. O. O comércio de drogas e a geografia da integração financeira: uma simbiose? In: CASTRO, Iná E...[et al.] **Brasil: questões atuais da reorganização do território**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996. p.15-64.

_____. Notas sobre o complexo coca – cocaína na Amazônia sul – Americana. In: RELATÓRIO CNPQ; FINEP. [S.l.]: [s.n.], 1998.

_____. Região, Cidades e Redes Ilegais. Geografias Alternativas na Amazônia Sul-americana. In: GONÇALVES, Maria Flora; BRANDÃO, C. (Org.) **Regiões e cidades: cidades nas regiões**. São Paulo: Edunesp, 2003.

NOVAES, A. **Tráfico de drogas e lavagem de dinheiro: um estudo sobre a atuação das redes ilegais na Amazônia brasileira**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2003.

ONU. **Relatório sobre tráfico de droga**. 1994.

RURHOFF, A. L. **Geopolítica das drogas**. Santa Maria: UFSM, 1998.

STEIMAN, R. **O mapa da droga**. 1995. 75 f. (Monografia) Rio de Janeiro: UFRJ, 1995.

UNODC. **O relatório mundial sobre drogas**. Washington: UNODC, 2013. Washington: UNODC, 2014. Disponível em: <<https://www.unodc.org/lpo-brazil/pt/frontpage/2014/01/13-new-unodc-campaign-raises-consumer-awareness-of-links-between-organized-crime-and-250-billion-a-year-counterfeit-business.html>>. Acesso em: 21 set. 2010.

_____. **O relatório mundial sobre drogas**. Washington: UNODC, 2015. Disponível em: <http://www.unodc.org/documents/wdr2015/World_Drug_Report_2015.pdf>. Acesso em: 21 set. 2016.

_____. **O relatório mundial sobre drogas**. Washington: UNODC, 2016. Disponível em: <https://www.unodc.org/doc/wdr2016/WORLD_DRUG_REPORT_2016_web.pdf> Acesso em: 02 Mar. 2017.

¹ Bacharel e licenciado em Geografia (UFPA, Mestre em Planejamento (NAEA/UFPA), Professor da Universidade do Estado do Pará (UEPA).

² Graduanda em Geografia e Bolsista de Iniciação Científica- FAPESP-UEPA.